

Nos arquivos da diplomacia brasileira: registros de histórias e memórias da repressão durante os anos do regime militar

Adrianna Setemy¹

Paulo César Gomes Bezerra²

Resumen

Esta comunicação pretende chamar atenção para alguns dos principais desafios políticos e epistemológicos enfrentados pelo historiador do passado recente: a abertura, o acesso e o uso a ser feito de arquivos até pouco tempo interditados, e que, ao serem disponibilizados para consulta e pesquisa, tanto respondem às exigências do processo de consolidação da democracia no Brasil, como se tornam objeto de manipulação midiática e ideológica, o que resulta, em alguns casos, na glorificação ou derrubada de mitos consagrados pela memória. No momento em que avança a abertura dos arquivos da ditadura militar brasileira, essa discussão busca ressaltar que, nesse processo, cabe ao historiador um papel que vai além da irresistível e fascinante descoberta de documentos inéditos. A ele cabe não apenas a função de descerrar os arquivos e tirar das sombras importantes registros documentais que estiveram ocultados pelo poder das leis que garantiam o sigilo das informações, mas principalmente interrogá-los, refletir sobre a existência e constituição dos arquivos como nos são dados a conhecer e questionar a relação entre o arquivo, a memória e a escrita da História.

¹ Sobre os autores: Adrianna Setemy é professora-doutora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: asetemy@gmail.com

² Paulo César Gomes Bezerra é doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). E-mail: pcgomesb@gmail.com

Nos arquivos da diplomacia brasileira: registros de histórias e memórias da repressão durante os anos do regime militar

Despertou atenção a manchete do *Correio Braziliense* de 22 de julho de 2007, que anunciava um furo historiográfico: “Diplomatas brasileiros perseguiram opositores da ditadura por meio de um poderoso sistema de inteligência, criado e operado pela cúpula do Ministério das Relações Exteriores. O Correio desvenda, a partir de hoje, um mistério de quatro décadas”. O autor da matéria, o jornalista Cláudio Dantas Sequeira, que, naquele mesmo ano, fora contemplado com o Prêmio Esso de Jornalismo pelo conjunto de matérias sobre os serviços secretos do Itamaraty, teve acesso “exclusivo” ao “arquivo secreto” do Centro de Informações do Exterior (CIEX), oriundo do Ministério das Relações Exteriores e sob a guarda do Arquivo Nacional, com sede em Brasília. Novas reportagens aguçaram ainda mais a curiosidade a respeito do tema, à medida que o jornalista ia descrevendo o CIEX como a “CIA Brasileira”, “poderoso serviço de inteligência”, e falava na existência de uma “malha de agentes e informantes operada pelo Itamaraty”, que havia se estendido para além da América Latina e alcançado o Velho Continente, a antiga URSS e o norte da África.³

Este artigo foi escrito do ponto de vista de dois historiadores que, em momentos distintos, se interessaram em aprofundar as investigações a respeito da origem e da trajetória daquela “sofisticada” e “eficiente” agência especializada em coletar e distribuir informações no exterior em vista do “perigo comunista”. O texto convida o leitor a acompanhar os primeiros passos das duas pesquisas e observar de que maneira as opções metodológicas adotadas em cada uma delas se relaciona aos desafios políticos e epistemológicos que foram colocados a cada um dos dois historiadores no momento da realização da pesquisa documental nos arquivos públicos.

Primeiro, o dissabor: um registro histórico do arbítrio no acesso a documentos da repressão

A curiosidade a respeito de qual teria sido a origem e a trajetória do CIEX conduziu a pesquisadora a buscar o arquivo onde estavam guardados os registros da história que estava decidida a desvendar e contar aos futuros leitores de sua pesquisa de doutorado que estava apenas começando. O primeiro passo foi ir ao Arquivo Nacional, com sede em Brasília, e consultar os instrumentos de pesquisa, onde estão descritos todos os documentos que compõem cada fundo arquivístico. Ao sentimento ingênuo e prazeroso que acompanha o historiador nesse procedimento rotineiro do seu ofício, que antecede o poder tocar, manusear e sentir o cheiro dos fragmentos de um passado que deseja poder desnudar e investigar, se contrapôs a inesperada negativa do arquivista. O funcionário, responsável pelo atendimento aos interessados em consultar o acervo da instituição que guarda documentos públicos, informou que as pesquisas a documentos do período relativo à ditadura militar no Brasil (1964-1985) estavam interditas. Sob a alegação de que jornalistas estavam fazendo “mau uso” da documentação, buscando informações “comprometedoras” a respeito dos candidatos à eleição presidencial daquele ano de 2010, o funcionário sugeriu que retornasse após 29 de outubro, que seria o último dia da campanha eleitoral ainda em curso.

³ Ver a série de reportagens, publicadas entre 22 e 26 de julho de 2007, no jornal *Correio Braziliense*, disponível em: <http://diplomatizando.blogspot.com.br/2007/07/757-o-itamaraty-colaborando-com.html>.

O caso ganhou repercussão tanto na imprensa nacional como internacional e contou com o apoio de importantes representantes da historiografia brasileira, como o professor Carlos Fico e a professora Jessie Jane Vieira de Sousa, ambos os professores do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, até então, integrantes do Projeto Memórias Reveladas. Iniciativa da Casa Civil, durante a gestão de Dilma Rousseff, criado com a finalidade de reunir e tornar públicos os documentos produzidos durante o regime militar.⁴

Após ter tomado conhecimento do caso de interdição e buscar, sem sucesso, esclarecimentos junto ao diretor do Arquivo Nacional, Carlos Fico anunciou que deixaria o Memórias Reveladas. Dois dias depois da saída de Fico, a historiadora Jessie Jane também se desligou do projeto, alegando que o Memórias Reveladas havia se transformado em um projeto burocrático do Arquivo Nacional.

Em sua carta de renúncia, Carlos Fico foi contundente ao afirmar: “Não podem os arquivos brasileiros arvorarem-se em intérpretes do direito à privacidade e arbitrarem se este ou aquele documento agride a honra ou a imagem de alguém. Os documentos da repressão não são um testemunho da verdade, mas o registro histórico do arbítrio”. Perante a ação arbitrária protagonizada pelos funcionários e dirigentes do Arquivo Nacional, as palavras do professor Carlos Fico conduziram a uma importante reflexão a respeito da relação entre os usos do arquivo e os processos de construção da memória e escrita da história do passado recente, que será apresentada de maneira sintetizada nas linhas que se seguem.

No Brasil, a abertura dos arquivos da ditadura militar vem respondendo a exigências da sociedade no sentido de se apropriar da memória de presos políticos, mortos ou desaparecidos durante os anos em que os militares estiveram no poder (1964-1985), mas também é objeto de manipulação midiática e ideológica, levando, muitas vezes, à glorificação ou derrubada de mitos consagrados, sendo um exemplo disso as matérias publicadas pelo *Correio Braziliense*, mencionadas anteriormente. Para o jornalista Cláudio Dantas, a descoberta dos documentos produzidos no âmbito do CIEX deixava claro que “a cúpula do Itamaraty se ajustou perfeitamente aos interesses do governo militar” e que o conhecimento daquele “capítulo escondido da ditadura” recolocava a diplomacia “junto aos militares no banco dos réus no julgamento da História”. A escrita da história recente parece estar ameaçada por esse tipo de exploração sensacionalista de documentos interditados à consulta pública e aos quais apenas uma minoria pode ter o privilégio do acesso (Combe, 2001).

Mas como conhecer o passado recente da sociedade e das instituições do Estado, ir além da condenação e da denúncia, sem o acesso à parte dos arquivos? Exigir a abertura de arquivos não significa acreditar que eles sejam detentores da verdade ou que, através do acesso ao seu conteúdo, poderemos responder a todas as nossas questões. O “poder do arquivo”, seu fetiche sob o pesquisador, é tanto mais forte quanto mais ausente ele estiver e pode conduzir à crença de que guarda em si um saber absoluto e a verdade definitiva. Sacralizado, o arquivo deixa de ser um depósito de vestígios e se torna um depósito de verdades absolutas. O culto excessivo do arquivo o transforma em condição para a escrita da história e com isso, impede o historiador de pensar a História enquanto uma construção capaz de suprir a ausência de vestígios escritos (Roudinesco, 2006: 9-10).

⁴ Embora o objetivo do Projeto Memórias Reveladas, lançado em 2009, seja “fazer valer o direito à verdade e à memória” e colocar “à disposição de todos os brasileiros os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar.(...)”, até os dias de hoje pouco conseguiu realizar de efetivo no que se refere à democratização do acesso à informação, como é possível observar visitando sua página na internet: www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br.

Da mesma forma como o documento não deve servir ao historiador como prova de uma verdade ou confirmação de uma hipótese previamente estabelecida, mas sim como suporte de evidências que, em conjunto, sustentem sua reflexão, a ausência de vestígios não impede a historicização de um determinado objeto. Portanto, para superar essa falta, dar continuidade à pesquisa em curso e, principalmente, entender como se deu o envolvimento entre o Itamaraty e o serviço secreto de informações, optou-se por adotar uma perspectiva analítica segundo a qual o funcionamento das lógicas institucionais não está submetido à mesma periodização que serve para definir o início e o fim dos regimes políticos.

No Brasil, a atividade de informações foi institucionalizada no âmbito do Poder Executivo com o objetivo de reunir e processar informações estratégicas sobre diversos temas relacionados à segurança de Estado. Uma vez que o interesse imediato da pesquisa era a produção de informações voltada para o problema do comunismo no Brasil, a proposta passou a ser investigar o período entre 1935 e 1966, ano de criação do CIEX. Foi a partir de 1935 e ao longo de todo o período considerado que o “perigo comunista” se constituiu no Brasil enquanto inimigo da nação. Nessa mesma época, ocorreu a construção progressiva de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do comunismo. Foi, portanto, um período marcado por continuidades e permanências em termos de práticas estatais repressivas e de circulação de discursos políticos relacionados ao problema do comunismo enquanto um mal a ser eliminado, por representar desde uma forma de crime contra a sociedade até uma forma de ameaça à “segurança nacional”.

Ao privilegiar um tipo de interpretação que tende a destacar continuidades e permanências dentro de um longo período, o que se buscou demonstrar é que não eram novas as relações estabelecidas entre o Itamaraty e a ditadura militar, no que se referia à produção de informações por diplomatas a serviço no exterior, visando o controle da atividade política de brasileiros exilados. Ao contrário, essas relações foram o resultado do desenvolvimento, em longo prazo, de relações de intercâmbio, muitas vezes veladas, sobre as quais foi possível imprimir, logo após o golpe de 1964, uma das marcas repressivas da ditadura militar: a perseguição aos inimigos do regime para além das fronteiras territoriais do país. Nessa perspectiva, ao explorar os anos entre 1935 e 1966 e as rupturas institucionais que significaram, respectivamente, o golpe de Estado de 1937, que deu início à ditadura do Estado Novo (1937-1945), e o golpe de 1964, que deu início à ditadura militar (1964-1985), encontra-se que, no que diz respeito à ação pública inspirada pela convicção de ser imperioso o combate à “ameaça do comunismo”, o período aparece mais como um processo continuado e não entrecortado ou interrompido.

Estabelecida e justificada a escolha de um recorte temporal mais amplo, o desafio passou a ser a articulação de uma narrativa histórica através da qual fosse possível mostrar que ao longo das alternâncias entre regimes ditatoriais e democráticos que se sucederam no período considerado, houve um esforço constante dos diferentes governos em institucionalizar a atividade de informações no âmbito do poder Executivo, com o objetivo de promover uma ação ampla e eficiente de combate ao comunismo com base no intercâmbio de informações, dentro do país e entre os países do continente sul-americano, sempre mediado pela diplomacia brasileira. Essa afirmação foi possível a partir da análise dos telegramas trocados cotidianamente entre o Itamaraty e as embaixadas do Brasil em Buenos Aires e Montevideú, no período que vai de 1935 a 1966.

Sobre a delimitação espacial adotada na pesquisa, pode-se dizer que historicamente o limite entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina demarca

uma região de conflitos, onde se constituiu a primeira fronteira viva, habitada, do Brasil. Ali se formou uma região na qual se reconhecem traços comuns, desde a formação sociocultural e econômica até as imbricações políticas de um lado e de outro. Segundo Ana Luiza Recksiegel, mesmo que a presença do Estado tenha imposto distinções entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço ensejou estilos de vida semelhantes em ambos os lados, o que acabou influenciando, em algumas ocasiões, na existência de uma identidade regional singular que converte a região fronteiriça em espaço de integração (Torres, 1999). Apesar de conservarem as singularidades intrínsecas à língua, à literatura, à música, aos hábitos alimentares e outras expressões de cada uma das nacionalidades, ao longo da história dos países do Prata, a região de fronteira se constituiu como espaço de vivência onde os povos platinos, simbolizados na figura do gaúcho, deixaram de ser estrangeiros entre si, amenizaram as diferenças e se tornaram habitantes de uma região em que o país vizinho, com todas as suas peculiaridades, é também o seu país.

A extensão da linha de fronteira brasileira compartilhada com a Argentina é de 1.261 km, dos quais 708 Km no Rio Grande do Sul (56,14%), e com o Uruguai é de 1.068 Km, somente no estado do Rio Grande do Sul (100%). Pode-se dizer que, antes mesmo da formação e independência dos Estados limítrofes, estas regiões foram adquirindo cada vez mais porosidade, ou seja, uma quantidade cada vez maior de pontos permissíveis às passagens legais ou ilegais entre uma e outra nação, ou ainda, o desenvolvimento de povoados, vilas e cidades posicionadas na linha divisória. Além da porosidade, outra característica dos limites entre Brasil, Argentina e Uruguai foi o aumento da sua permeabilidade, isto é, com o tempo foi-se adquirindo uma maior facilidade de ultrapassagem por razões políticas, econômicas, tributárias, culturais e de serviços. Essas duas qualidades das fronteiras entre os três países, somadas à relativa homogeneidade topográfica de ambos os lados da linha que define os limites nacionais, favoreceram a atuação de forças centrípetas de integração e interação no plano local, que proporcionaram uma intensa migração política⁵ através da fronteira sul do Brasil, especialmente nos momentos de crises políticas e confrontos ideológicos, em que Montevideu e Buenos Aires exerceram um papel polarizador na direção desse tipo de migração, que teve intensidade e duração diferentes ao longo da história da região platina. Fosse como pontos de apoio às atividades políticas, fosse como base às ações políticas, ideológicas e de logística militar (como por exemplo, a compra de armamentos), foi para além dos limites nacionais do Brasil, em território uruguaio e argentino, que perseguidos políticos encontraram um espaço de segurança ou de apoio, apesar da severa vigilância policial, militar e consular a que estiveram submetidos, ainda que, muitas vezes, sem saber.⁶

A pesquisa a documentos diplomáticos produzidos em um período que inclui as três décadas que antecederam o golpe militar de 1964 demonstrou que o monitoramento das atividades de brasileiros no Uruguai e na Argentina pela diplomacia antecedeu o estabelecimento das ditaduras no Cone Sul. Além disso, constituiu-se numa prática contínua ao longo do século XX, que ganhou maior intensidade e sistematicidade especialmente nos períodos que se seguiram à derrota do levante comunista de 1935, ao

⁵ O termo “migrações políticas” aqui empregado, refere-se aos deslocamentos temporários de pessoas que ultrapassaram o limite para um ou outro lado da fronteira por razões ideológicas e políticas, e pode ser entendido como uma tradução jurídica do termo “exílio”, categoria própria da literatura, liberta das amarras e convenções que ao longo do século XX passaram a regulamentar a concessão de asilo político.

⁶ Estas considerações foram pensadas a partir de notas e rascunhos do professor e geógrafo especialista em geografia de fronteira, Gervásio Rodrigo Neves, professor titular livre docente da UFRGS e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

golpe de Estado de 1937 e ao golpe militar de 1964, durante os quais foi reforçada a perseguição política a comunistas e opositores dos regimes então vigentes. Conseqüentemente, o movimento migratório dos perseguidos em busca de apoio logístico e de proteção nos países vizinhos foi intensificado.

Os telegramas trocados entre autoridades diplomáticas, políticas, policiais e militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, são um registro de que, paralelamente à execução da política externa brasileira, os representantes diplomáticos brasileiros atuaram naqueles países como “espões licenciados” ou recrutaram seus próprios agentes secretos para realizar ações encobertas de coleta de dados relativos ao desenvolvimento de “atividades comunistas” em território estrangeiro. Além disso, a documentação diplomática analisada trouxe à tona situações representativas de que foi através da cotidiana e rotineira troca de telegramas com as embaixadas do Brasil no exterior que o Itamaraty se constituiu, na prática e de fato, enquanto importante agente de informações a serviço do Estado brasileiro em território estrangeiro. A partir da perspectiva adotada, foi possível concluir a pesquisa de doutorado inicialmente malograda, mas cujos descaminhos levaram a compreender algo mais estrutural, que servirá de base para pesquisas que, futuramente, dediquem-se a análise dos documentos interditados do fundo CIEX. Defendida em maio de 2013, a tese intitulada “Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)” demonstrou que o CIEX, frequentemente apontado como órgão secreto de espionagem criado em 1966 a fim de ajustar as atividades da diplomacia brasileira no exterior às diretrizes de segurança da ditadura militar brasileira,⁷ foi erigido sobre bases legais e institucionais que antecedem o golpe de 1964.

E a propósito do fundo CIEX, dois anos após o dissabor vivenciado no Arquivo Nacional, finalmente findou-se o silêncio arbitrariamente imposto àquelas fontes. Em sintonia com o decreto nº 7.724, publicado em 16 de maio de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff, regulamentando, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e a classificação de informações sob restrição de acesso, o Diretor-Geral do Arquivo Nacional lançou o Edital AN nº 1, de 17 de maio de 2012. Nele, reconheceu que os conjuntos relacionados, direta ou indiretamente, ao Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI), sob custódia do Arquivo Nacional, são necessários à recuperação de fatos históricos de relevância, e solicitou, ao titular das informações pessoais contidas nos conjuntos documentais referidos, a apresentar, no prazo de 30 dias corridos contados da data de publicação do Edital, requerimento de manutenção da restrição de acesso aos documentos sobre sua pessoa. Uma vez que não foram apresentados requerimentos solicitando a manutenção da restrição de acesso, o Arquivo Nacional abriu à consulta, no dia 18 de junho de 2012, todos os conjuntos documentais relacionados aos órgãos de Informações e Contrainformação, dentre os quais, o Fundo CIEX, que atualmente encontra-se totalmente digitalizado e disponível para consulta na base de dados do Arquivo Nacional com sede em Brasília.

Segundo, novas perspectivas: a pesquisa em acervos sigilosos da repressão após a Lei de Acesso à Informação.

Após a regulamentação do acesso a documentos sigilosos do regime militar, citada anteriormente, facilitou-se a possibilidade de visitar um aspecto central do

⁷ Refiro-me aos trabalhos de Pio Penna Filho e também ao livro de David do Nascimento Batista, citados nas referências bibliográficas.

passado recente brasileiro que esteve silenciado durante um longo tempo. A abertura de arquivos dessa natureza instiga a necessidade de rever histórias e memórias socialmente consolidadas e tidas como verdades (Catela, Carvalho, 2002: 195-214). O trabalho dos historiadores exige que se confrontem todas as evidências disponíveis, no entanto, sem a ilusão de que a história, em detrimento da memória, possa garantir o acesso indiscutível à verdade. De todo modo, é necessário poder olhar criticamente para as disputas de memória. A história acaba confrontando-se com a memória das pessoas que viveram diretamente os fatos, ou com versões que se estabeleceram como “verdade” e que podem dificultar a revisão historiográfica. A memória pode servir como fonte para a história, bem como a história pode “corrigir” determinadas memórias que não são frutos de experiências passadas, mas apenas resultado de fantasias e criações. Além disso, a própria história pode reforçar certos estereótipos construídos pela memória (Jellin, 2001: 63).

A disponibilização da Fundo CIEX permitiu ao pesquisador propor, este ano, um projeto de doutorado que visa investigar de que maneira o regime militar lidava com o fenômeno do exílio (Rollemberg, 1999: 44).⁸ Considerando o caso específico da França, busca-se analisar como este órgão, especializado em assuntos relativos ao exterior, via os brasileiros que estavam naquele país, fosse por não concordarem com a conjuntura política do Brasil, fosse por terem sido expulsos, fosse ainda por terem ido morar lá por outras razões que não políticas ou mesmo por irem acompanhar o cônjuge ou os pais diretamente perseguidos (Rollemberg, 1999: 52). O principal motivo que fazia essas pessoas virarem alvo do serviço de informações era o seu envolvimento com denúncias de ações repressivas do regime militar. Da mesma forma, procura-se examinar o envolvimento da diplomacia brasileira com a repressão e, também, as conexões estabelecidas entre o governo brasileiro, o serviço diplomático francês e a polícia daquele país, por intermédio do Itamaraty. A intenção é compreender de que forma essas articulações permitiam que os militares mantivessem os exilados sob vigilância constante.

Sabe-se que a preocupação com a imagem do Brasil no exterior sempre foi uma tópica entre determinados setores das elites brasileiras ao longo da história. Os militares alimentavam essa ideia e defendiam a necessidade de promover e preservar a imagem do país como uma grande potência democrática. Na década de 1970, surgiu, inclusive, a proposta de se criar uma agência internacional de propaganda estatal ligada ao MRE, o que nunca foi concretizado (Fico, 1997: 45-52). A partir dessas evidências ainda pouco exploradas pela historiografia, pretende-se investigar se, por meio das ligações estabelecidas entre autoridades brasileiras e francesas, mediadas por diplomatas, foi possível reprimir em solo estrangeiro as atividades de denúncia contra o regime, cuja repercussão tanto constrangia os militares.

Houve, fundamentalmente, duas ondas de saída de brasileiros rumo ao exílio. A primeira, que ocorreu logo após o golpe, foi composta, sobretudo, por figuras políticas de esquerda, além de jornalistas e intelectuais, que tinham em comum a proximidade com o poder destituído. Nesse momento inicial, embora alguns exilados tenham ido diretamente para a França, Montevidéu concentrou a maior parte deles, transformando-se na capital do exílio dessa primeira fase. A ideia de exilar-se estava muito ligada à possibilidade de continuar a militância e articular a volta ao Brasil (Silva, 2007: 7).

⁸ Há muitas maneiras de se conceituar a noção de “exílio” e é muito difícil delimitar fronteiras claras entre os significados de exilado, asilado, refugiado e migrante. No entanto, a definição de exílio adotada neste trabalho está relacionada à conotação política do fenômeno. O exilado é aquele que se refugia em um país estrangeiro, de modo forçado ou voluntariamente, por ser perseguido institucionalmente ao discordar de um regime político e/ou econômico.

Após a outorga do Ato Institucional n. 5, em 1968, e a consequente consolidação do aparato repressivo, outro grupo de brasileiros começou a partir para o exílio. Era composto majoritariamente por jovens militantes originários do movimento estudantil, do qual saíram para integrar a luta armada. O exílio foi vivido por eles como um momento fundamental de sua formação como indivíduos e profissionais (Rollemberg, 1999: 50).

A experiência socialista no Chile, a partir de 1970, fez com que Santiago passasse a exercer grande atração sobre os exilados. O golpe de Estado chileno, em 1973, provocou a ida de uma segunda leva de brasileiros para a Europa, em especial para Paris e, depois da Revolução dos Cravos, para Lisboa. A expulsão para outro continente representou uma nova fase do exílio. A ideia da volta distanciou-se e as dificuldades com a cultura e o idioma evidenciaram-se, tornando a inserção nas sociedades europeias bastante penosa para a maior parte dos exilados. Com o início do processo de independência das colônias africanas, surgiram outras possibilidades de destinos para os brasileiros (Massena, 2008/2009: 67-92). Em suma, era pouco frequente que eles ficassem em apenas um país, em grande medida, pelas dificuldades de adaptação social e profissional.

Cabe acrescentar que o exílio brasileiro não foi um fenômeno de massas, mas se concentrou especialmente em grupos intelectualizados da classe média. O exílio representava uma punição, as garantias constitucionais eram totalmente perdidas e vivia-se o chamado “desenraizamento”, isto é, o rompimento forçado com a pátria, a família e a língua (Roninger, 2009: 10). Ao mesmo tempo, surgia uma oportunidade de recomeçar a própria vida e também de criar novas estratégias para poder continuar a defender um projeto nacional e a lutar contra o regime. Criou-se uma tensão entre o pertencimento a uma nação e o princípio da cidadania.

A partir de meados da década de 1970, as ideias de revolução, que haviam fundamentado grande parte do pensamento e das ações das esquerdas até então, foram perdendo espaço. O fortalecimento e a internacionalização dos temas relacionados aos Direitos Humanos proporcionaram uma importante sensibilização da opinião pública mundial para o tema do exílio, que passou a ter grande relevância. Desenvolveu-se uma espécie de ativismo transnacional que permitia aos exilados ressoar suas denúncias com um largo alcance (Roninger, 2010: 104; Franco, 2007: 291).

A França foi um dos países que realizou uma das maiores políticas de recepção de exilados. Determinados grupos progressistas da sociedade francesa, já bastante sensibilizados pela problemática dos Direitos Humanos, capitanearam uma grande campanha de solidariedade em defesa do acolhimento de latino-americanos, sobretudo após a derrubada de Salvador Allende, no Chile. A chegada deles à França contribuiu para modificar a percepção dos franceses sobre a América Latina (Quirós, 2007: 20). Somando-se a isso o fato de a França se reconhecer como uma “terra de asilo”,⁹ possibilitou que os emigrados políticos fossem acolhidos pelo poder público francês e reconhecidos como refugiados (Chirio, 2004: 8). Assim, puderam gozar de determinados benefícios legais e materiais conferidos tanto pelo sistema estatal francês de proteção social como pelas redes associativas de solidariedade.

Observa-se que se constituiu, principalmente entre os exilados, uma memória bastante consolidada da França como um país onde prevaleciam os valores democráticos, a tolerância e, igualmente, o caráter pouco repressivo de sua força policial. Essa imagem já era bastante presente na década de 1970 e funcionou como um estímulo para que os exilados, ao menos os que podiam escolher o seu destino, fossem

⁹ France Terre d’Asile é também o nome de uma das associações mais importantes de auxílio a refugiados.

para aquele país. Entretanto, mesmo que tenha havido um controle policial dos estrangeiros que viviam no território francês, isso nunca foi largamente divulgado (Chirio, 2008: 45). Os próprios exilados apenas suspeitavam de uma possível troca de informações entre as polícias da França e dos demais países.

No entanto, exilar-se não figurou a possibilidade do exercício pleno das liberdades políticas nos países de acolhimento. Conferir o status de refugiado possibilitava o monitoramento dos estrangeiros por parte das autoridades do país democrático onde passaram a viver. Da mesma forma, ir para o exílio não significou sair da esfera de controle do aparato repressivo brasileiro.

O CIEIX monitorava diariamente o que acontecia com os exilados no exterior e informava às autoridades brasileiras. Ao mesmo tempo, recolhia informações estratégicas relacionadas à política, à economia e às questões militares de países que interessavam ao Brasil. Também era usual que acompanhasse a imprensa estrangeira e as publicações dos próprios exilados (Rollemberg, 1997: 354-355). Todavia, a produção de informações relativas a brasileiros que se dedicavam a denunciar no exterior a tortura e as demais práticas repressivas vigentes no Brasil destacava-se. Nesse sentido, a importância das observações do CIEIX sobre determinado país era diretamente proporcional à presença de brasileiros naquela localidade. Isso se evidencia, por exemplo, no aumento da produção de informações sobre países europeus à medida que os brasileiros chegavam ao continente, principalmente após o golpe no Chile. Nota-se que, paulatinamente, esse órgão foi desenvolvendo um sofisticado aparelho de coleta, análise e distribuição de informações referentes a atividades políticas, intimidades e relações pessoais de exilados (Penna Filho, 2004: 166). Os estrangeiros que se empenhavam em atividades de oposição ao regime no exterior também foram vigiados e uma das formas de controle utilizadas pelo Itamaraty com relação a eles é observada em uma rígida política de concessão de vistos (Setemy, 2013: 120).

Antes mesmo da instalação da ditadura militar no Brasil, as trocas de informações diplomáticas, por meio de telegramas, despachos e ofícios, serviram ao Estado como um instrumento de combate ao comunismo internacional que ameaçava não apenas o país, mas o continente sul americano (setemy, 2013). Os diplomatas colaboravam com o sistema exercendo atividades rotineiras, como a redação de informes sigilosos sobre o dia-a-dia de brasileiros exilados no exterior. Além disso, advogavam em foros internacionais a necessidade de ações repressivas conjuntas contra o suposto “perigo comunista” que se alastrava pelo mundo. Portanto, um dos propósitos da pesquisa em andamento, possibilitada em virtude da recente abertura dos arquivos do CIEIX, é averiguar como funcionava esse órgão de informações ligado ao MRE e em que medida as atividades inerentes à diplomacia contribuíram para a repressão exercida pelo regime militar para além das fronteiras territoriais do país. Essa visão se contrapõe à perspectiva de que o Itamaraty servia apenas a interesses atemporais e suprapartidários (Barreto, 2001).

Com relação ao Estado francês, não obstante sua grande abertura para o recebimento de exilados latino-americanos, também se dedicou a monitorá-los, especialmente em suas atividades políticas. Havia uma desconfiança geral com relação aos estrangeiros, principalmente os refugiados políticos. Apenas recentemente, com a liberação de documentos sigilosos do Ministério do Interior da França, foi possível afirmar que a Direction Centrale des Renseignements Généraux (DCRG),¹⁰ órgão de

¹⁰ A Direção Central de Inteligência Geral foi criada em 1907 com o objetivo "de prevenir e reprimir, no território francês, [...] todas as atividades que ameaçassem a segurança do país". Pelas características de suas atividades, a instituição foi constantemente acusada de funcionar como polícia política. Desde 2008, o órgão responsável por esse serviço denomina-se Direction Centrale du Renseignement Intérieur.

informações subordinado à Direction Générale de la Police Nationale (DGPN),¹¹ não via os brasileiros exilados com bons olhos, considerava-os uma comunidade potencialmente subversiva e excessivamente perigosa para a ordem pública. Observou-se que a intenção daquele serviço não era somente manter os exilados sob vigilância, mas havia a ambição de impedir suas atividades ou mesmo de expulsá-los. Ao mesmo tempo, verificou-se que a DCRG desconhecia a vida política brasileira e, portanto, olhava para os exilados como um grupo homogêneo, politicamente organizado e ideologicamente coeso. Entretanto, até 1972, que foi o último ano em que a documentação desse órgão foi analisada, não foram encontradas evidências da colaboração entre as polícias francesa e brasileira (Chirio, 2008, 145-158).

Seguindo o propósito da pesquisa, pretende-se igualmente examinar a atuação do serviço diplomático francês diante do exílio, dos exilados e de suas atividades políticas. Os arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país também só foram pesquisados até 1972 (Rolland, 2008: 49-124). Os relatos da Chancelaria até esse ano são pautados pela descontinuidade e referem-se frequentemente a alguns indivíduos em particular, havendo a preocupação de reunir informações que abarcassem o período anterior à sua estada na França.¹² A intenção é comparar a documentação diplomática francesa com a brasileira a fim de observar como se davam as relações entre os dois Estados no que refere ao exílio durante a ditadura e como essa questão específica afetava as demais áreas de interesse desses países. Também se pretende avaliar se as trocas de informações estendiam-se aos meios policiais.

A situação dos exilados era sempre muito delicada e ambígua. Ao mesmo tempo em que eles se encontravam em um país livre, a sua condição jurídica e social era muito frágil. Havia sempre o medo de perder o status de refugiado ou mesmo de ser expulso da França. A liberdade de que dispunham era condicionada a uma série de negociações. Todavia, revisar a construção memorialística da França como uma terra de refugiados, considerando esses obstáculos impostos pelas autoridades francesas às manifestações políticas dos exilados, não significa menosprezar o fato de que o país foi efetivamente um lugar privilegiado e estratégico para o exercício de oposição à ditadura militar brasileira.

Conclusão

No momento em que avança o processo de abertura dos arquivos da ditadura militar brasileira, faz-se cada vez mais importante ressaltar que, nesse processo, o papel do historiador vai além da irresistível e fascinante descoberta de documentos inéditos. A ele cabe não apenas tirar das sombras importantes registros documentais que estiveram ocultados pelo poder das leis que garantiam o sigilo das informações, mas principalmente interrogá-los e refletir sobre a existência e a constituição dos arquivos na forma como são dados a conhecer, quando disponibilizados para consulta. À luta pela abertura dos documentos da repressão e pela garantia de que sejam mantidos sob a guarda dos arquivos públicos, devem-se somar ainda reivindicações para que haja uma normatização padronizada, em âmbito nacional, para o acesso a documentos que estão sob a guarda dos arquivos públicos. Tão importante quanto “Documentar a ditadura” é evitar que os crescentes avanços na abertura dos arquivos possam ser prejudicados por funcionários e dirigentes arquivistas que, de maneira equivocada, reconhecem como parte das suas atribuições funcionais o julgamento moral de quem está apto, ou não, a

¹¹ Direção Geral da Polícia Nacional.

¹² Alguns exemplos são Juscelino Kubitschek, João Goulart e Apolônio de Carvalho.

ter acesso a documentos públicos, e de quais são os “bons” e os “maus” usos a serem feitos da documentação pública.

Bibliografia

- Barreto, Fernando de Mello 2001 *Os sucessores do barão (1912-1964)* (São Paulo: Paz e Terra).
- Batista, David do Nascimento 2010 *Habitus diplomático – um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)* (Pernambuco: UFPE).
- Cadernos do CHDD* 2007 (Brasília: FUNAG)
- Catela, Ludmila da Silva e Carvalho, Alessandra 2002 “31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas” em Jelin, Elizabeth *Las conmemoraciones: las disputas em las fechas “in-felices”* (Madrid: Siglo XXI).
- Chirio, Maud 2004 "Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)" Mémoire de DEA – Université Paris I, Sorbonne.
- Chirio, Maud 2008 "Les exilés brésiliens et la police française: un exemple de contrôle politique dans un pays d'accueil" em Rolland, Denis; Santos, Idelette *L'exil brésilien en France. Histoire e imaginaire* (Paris: L'Harmattan).
- Combe, Sônia 2001 *Archives interdites. L'histoire confisquée* (Paris: La Découverte).
- Fico, Carlos 1997 *Reinventando o otimismo* (Rio de Janeiro: FGV).
- Franco, Marina 2007 *Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura* (Buenos Aires: Siglo XXI).
- Jelin, Elizabeth 2001 *Los trabajos de la memoria* (Buenos Aires: Siglo XXI).
- Massena, Andreia Prestes 2008/2009 “Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio” em *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* Vol. 20 N° 1.
- Penna Filho, Pio 2004 “O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986)” em FICO, Carlos (org.) *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil* (Rio de Janeiro: 7 Letras).
- Penna Filho, Pio 2007 “A Operação Condor e a Europa” em *Meridiano 47* (Brasília) Vol. 89.
- Penna Filho, Pio 2008 “Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX) - O elo perdido da repressão” em *Acervo* (Rio de Janeiro) Vol. 21.
- Penna Filho, Pio 2009 “O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1984)” em *Revista Brasileira de Política Internacional* (São Paulo) Vol. 2.
- Quirós, Pilar González Bernaldo de 2007 “Dossier Emigrar en tiempo de crisis al país de los derechos humanos. Exilios latinoamericanos en Francia en el siglo XX” em *Anuario de Estudios Americanos* (Sevilla) Vol. 64, N° 1.
- Roniger, Luís 2009 “Exílio y política en América Latina: nuevos estudios y avances teóricos” em *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* Vol.19, N° 2.
- Roniger, Luís 2010 “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX” em *Dados* (Rio de Janeiro) Vol. 53, N° 1.
- Rolland, Denis 2008 "L'Etat français et les exils brésiliens: prudence d'Etat, Guerre froide et propagandes" em ROLLAND, Denis; SANTOS, Idelette *L'exil brésilien en France. Histoire e imaginaire* (Paris: L'Harmattan).
- Rolleberg, Denise 1999 *Exílio. Entre raízes e rades* (Record: Rio de Janeiro).

Roudinesco, Elisabeth 2006 *A análise e o arquivo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “O Serviço Secreto do Itamaraty” em *Correio Braziliense* (Brasília) 22 jul.

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “As vítimas do CIEX” em *Correio Braziliense* (Brasília) 22 jul.

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “O pai do Serviço Secreto do Itamaraty” em *Correio Braziliense* (Brasília) 23 jul.

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “Espões na pele de diplomatas” em *Correio Braziliense* (Brasília) 23 jul.

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “O plano do Itamaraty de busca externa” em *Correio Braziliense* (Brasília) 24 jul.

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “Dinheiro de Cuba bancou exilados” em *Correio Braziliense* (Brasília) 25 jul.

Sequeira, Claudio Dantas 2007 “Diplomatas convocados” em *Correio Braziliense* (Brasília) 26 jul.

Setemy, Adrianna Lopes 2013 “Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)” Tese de Doutorado em História Social do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Silva, Helenice Rodrigues 2007 “Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França durante as ditaduras militares: uma história cruzada” em *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*.

Torres, Andréa Sanhudo 1999 *Imprensa: política e cidadania* (Porto Alegre: EDIPUCRS).